

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-15>

## **RECONFIGURAÇÃO DE TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO: A hegemonia dos professores na direção do SISERP**

*Raquel de Souza Felício\**  
*João Henrique Zanelatto\*\**

**RESUMO:** A organização coletiva dos servidores públicos municipais de Criciúma criada em 1989 passou por um processo de transformação, tanto no que se refere à luta sindical, de demandas de reivindicações, como, também, quanto ao perfil da própria categoria, pois, no final dos anos de 1990, a categoria deixou de ser formada por uma maioria braçal masculina para ser uma maioria de profissionais da área da educação do gênero feminino, sendo, ainda, esse grupo de trabalhadoras, no ano de 2017, a maior representatividade no quadro de associados e representantes do SISERP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma e Região). Este artigo busca analisar como se deu essa trajetória, quais os fatores que contribuíram para a mudança desse perfil profissional e como ocorreu essa tomada de poder pelos profissionais da área da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconfiguração. Servidor Público. Sindicalismo. Criciúma.

**ABSTRACT:** The collective organization of municipal public servants of Criciúma created in 1989 underwent a process of transformation both in relation to the union struggle, demands of demands as well as the profile of the category itself, because at the end of the 1990, the category ceased to be formed by a male majority to be a majority of professionals in the area of female education, and this group of female workers, in the year 2017, is the most representative among the members and representatives Of SISERP (Union of Workers of the Municipal Public Service of Criciúma and Region). This article seeks to analyze how this trajectory occurred, what factors contributed to the change of this professional profile and how this power takeover by professionals in the area of education.

**KEYWORDS:** Reconfiguration. Public server. Syndicalism. Criciúma.

### **Introdução**

O presente artigo visa analisar a trajetória da organização coletiva sindical dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma-SC, desde a formação da associação civil, denominada de ASSERP (Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma), sua posterior transformação no SISERP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma e Região) e a reconfiguração da categoria, que teve seu perfil de braçal/masculino alterado para trabalhadoras do gênero feminino de escolaridade de nível médio e superior, predominantemente formado pelo grupo de professoras da rede municipal de ensino. A presente pesquisa vai analisar a tomada da entidade sindical pelas trabalhadoras

\* Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico na UNESC, professora do Curso de Direito UNESC, Procuradora do Município de Criciúma/SC. Membro do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina-UNESC” e pesquisadora do grupo de pesquisa “Direitos Fundamentais do Trabalho e Políticas Públicas – UNESC”.

\*\* Pós Doutor e Doutor em História, professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisador do CNPQ, membro do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”.

do setor de educação e como isso se deu, numa abordagem quanto à luta sindical e mobilização de classe social e às questões referentes a gênero.

A tomada da entidade sindical pelos funcionários públicos<sup>138</sup> da educação se deu em virtude de esta ter se tornado uma das maiores secretarias municipais em decorrência da realização de concurso público para o cargo de professor e de esses trabalhadores, que detinham a estabilidade no serviço público, se sentirem mais livres, sem medo e, portanto, à vontade em participar da luta sindical. O que, por sua vez, não aconteceu com o setor de saúde (que é de fato o maior setor em número de efetivo funcional), pois esses profissionais não eram, em sua maioria, concursados, mas sim contratados temporariamente para atender excepcional interesse público ou nomeados (equivocadamente, pois não prestavam serviços de chefia ou assessoramento) em cargo de provimento em comissão.

A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica e a análise de atas das assembleias do Sindicato da categoria. O escrito foi estruturado em dois momentos:

1) Primeiro é abordada a formação e a constituição do sindicato de servidores públicos municipais de Criciúma, como foi a trajetória da entidade desde a criação da associação de servidores (ASSERP) até a transformação desta em sindicato (SISERP), com a finalidade de identificar o perfil dos trabalhadores que ocupavam as entidades representativa dos trabalhadores.

2) Segundo, analisa-se os aspectos políticos, jurídicos e sociais que levaram à reconfiguração da categoria e à hegemonia dos professores na direção da entidade sindical e a organização coletiva dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma.

Independentemente do perfil do grupo que ocupou a entidade sindical, observa-se que a entidade sempre esteve em sintonia com as lutas sindicais dos demais segmentos econômicos do setor privado, que teve, nos anos de 1990, uma destacada atuação na região carbonífera de Criciúma. A categoria dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma pode ser identificada como um grupo combativo que cumpriu seu papel em defesa dos direitos fundamentais do trabalho garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 de modo autêntico, sem se submeter aos interesses do Paço Municipal<sup>139</sup>.

### **Constituição do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma**

A organização coletiva dos trabalhadores do setor público em entidades sindicais, se analisada em relação aos trabalhadores do setor privado, se deu de modo tardio, pois foi somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 que foi possível a associação sindical desse tipo de trabalhador.

Porém, isso não significa dizer que tais trabalhadores estavam satisfeitos com sua condição de trabalho e salarial. Segundo Boito Junior (1991), no final dos anos 1970, com a abertura política e a eclosão de um sindicalismo distinto do até então existente (reprimido e atrelado ao interesse estatal), surgia o denominado Novo Sindicalismo<sup>140</sup> e tornava-se possível identificar uma incipiente, mas existente mobilização de trabalhadores do setor público inseridos nas lutas sindicais pela busca de melhores salários e condições de trabalho.

Porém, a trajetória para conquista da liberdade sindical (direito de associação, negociação salarial e greve) desses trabalhadores é completamente distinta da trajetória dos trabalhadores do setor privado. Essa conquista tardia é decorrente de lutas anteriormente

<sup>138</sup> O termo “funcionário público” é utilizado em narrativas até a data de 05 de outubro de 1988, posteriormente a esta data, a nova ordem constitucional passa a denominá-los de “servidor público”. Por sua vez, a OIT utiliza a denominação “trabalhador do setor público”, expressão esta que também aparece neste trabalho.

<sup>139</sup> Nome utilizado para designar o gestor público municipal.

<sup>140</sup> O movimento sindical denominado de “Novo Sindicalismo” é o sindicalismo que surge no final dos anos de 1970, com autênticas lideranças que até então estavam reprimidas pelo regime militar. “Depois de vários anos de repressão e controle durante a ditadura militar, deu-se, a partir de 1978, uma mudança de qualidade de luta de oposição no Brasil: ressurgiram as greves operárias com forte pujança, o que levou ao desenvolvimento, em fins da década de 1970, de um novo movimento sindical dos trabalhadores, denominado de ‘novo sindicalismo’ [...]”. (ANTUNES, 2011, p. 137).

travadas, sendo a organização sindical precedida pela associação civil, pois era a única forma do trabalhador do setor público se organizar coletivamente.

Em sintonia ao que acontecia em contexto nacional, paulatinamente, a organização civil desses trabalhadores deixava de ser meramente assistencial e recreativa e passava a ter caráter combativo e de luta. No entanto, até 1988, mesmo que houvesse mobilização e interesse coletivo em constituir um sindicato, era expressamente proibida a sindicalização de funcionários públicos, não restando alternativa a estes trabalhadores, senão a organização coletiva em associações de caráter civil.

Assim, era a partir desse momento que nascia, mesmo que não oficialmente, o sindicalismo no setor público, ou seja, por meio de entidades civis, a luta sindical era construída. E, em sintonia ao que acontecia nacionalmente, os trabalhadores do setor público municipal de Criciúma, que já estavam organizados coletivamente, poucos meses após a promulgação da CRFB, transformaram sua associação civil em entidade sindical (FELÍCIO, 2015).

Segundo Miranda (2013), a organização sindical dos trabalhadores da região de Criciúma é historicamente reconhecida, sendo a categoria dos mineiros a primeira que despontou no cenário local, pelo seu caráter combativo, remontando ao início do século XX com a da exploração do carvão mineral em Criciúma. Ao longo dos anos de 1940, os mineiros começaram a se organizar e, em 1944, era criada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, transformada em Sindicato em maio de 1945.

O movimento sindical em Criciúma foi duramente atingido com o golpe civil-militar em 1964 e a instalação da ditadura civil-militar. Os sindicatos e movimentos sociais foram duramente castigados. Vários sindicatos sofreram intervenção estatal e, de combativos, passaram a serem órgãos de cooperação destinados apenas às atividades burocráticas e assistencialistas, sob a tutela do Ministério do Trabalho.

No contexto nacional, as mudanças foram se processando no final dos anos de 1970, com o início da abertura política, os crescentes protestos contra o regime militar, a pressão popular que recuperava sua força política e a retomada das organizações sindicais por legítimos representantes dos trabalhadores, até então contidos pela ditadura civil-militar. Segundo Sader (1978), no final dos anos de 1970, os movimentos de resistência à ditadura vinham crescendo em vários espaços. Foram se constituindo no período vários movimentos sociais que pediam o fim da ditadura. De uma igreja católica que havia apoiado o golpe militar, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base. Dos sindicatos que ficaram atrelados em 1964, surgia o Novo Sindicalismo. Nesses espaços, a sociedade foi se articulando e criando outros movimentos sociais que reivindicavam o fim da ditadura.

No Brasil, o direito à greve e à organização sindical dos servidores públicos foi reconhecido e efetivado somente com a Constituição Federal de 1988. Isso não impediu, mesmo sem a proteção legal, a organização dos servidores públicos. A Constituição de 1988 vai, portanto, incorporar as práticas que os trabalhadores do serviço público já vinham realizando mediante formas organização por eles forjados desde a década de 1970.

A estrutura sindical vigente no país até a Constituição de 1988 foi criada na década de 1930. Em 1931, foi criado o Ministério do Trabalho, e, nesse mesmo ano, o Decreto n. 19.770, a Lei de Sindicalização (GOMES, 2005, p. 163). A estrutura sindical criada no início do período Vargas estava alicerçada no seguinte tripé: unicidade sindical (sindicato único por categoria); Ministério do Trabalho no controle financeiro dos sindicatos (imposto sindical); reconhecimento oficial do sindicato<sup>141</sup>. Esta estrutura sindical do período Vargas – corporativista – se contrapunha ao movimento operário autônomo enraizado na classe trabalhadora brasileira desde o final do século XIX.

O corporativismo varguista buscou construir ideologicamente uma nova relação entre capital e trabalho em que o Estado assumia o papel de mediador, regulador, conciliador e

<sup>141</sup> Esta estrutura sindical foi chamada de Sindicalismo de Estado por Boito Júnior(1991).

harmonizador dos conflitos de classe. O Estado foi elevado à condição de sujeito que estava acima das classes e, portanto, tornava-se incompatível aos funcionários públicos almejarem uma forma de organização similar à classe trabalhadora (ARAÚJO, 1996; GOMES, 2005).

Aos trabalhadores do serviço público, era permitido no máximo a criação de associações com caráter recreativo, mutualista e cultural. Mas será no interior dessas associações, em grande parte criadas nos anos 1960 e 1970, que os trabalhadores do setor público realizarão o trabalho lento e persistente de construção das suas lutas e organizações de classe.

O ano de 1978 configurou-se em um marco no processo de organização dos servidores públicos, pois apareceram os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para a organização de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar. Para os trabalhadores do serviço público, a conjuntura de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia foram determinantes para despertar e se organizarem em sindicatos. Portanto, contribuíram no processo de organização sindical dos trabalhadores do serviço público a combinação da crise econômica, crise do Estado e transição política, que provocou o arrocho salarial e a precarização das condições de trabalho (NOGUEIRA, 1995). Em seus estudos, Leôncio Martins Rodrigues aponta também para os responsáveis no processo de expansão do sindicalismo no serviço público:

[...] concorreu o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar com suas políticas sociais notadamente nas áreas de saúde e educação, onde o sindicalismo avançou consideravelmente. O crescimento numérico e a concentração de empregados em locais e agências públicas criavam, assim, as condições essenciais para o surgimento de um movimento sindical poderoso, tal como acontecera no passado entre os operários fabris. (RODRIGUES, 1997, p. 4).

O crescimento dos trabalhadores no serviço público esta também relacionado com o intervencionismo estatal responsável por atender as demandas crescentes da população, notadamente nas áreas da educação e da saúde. O atendimento dessas demandas levou ao aumento de impostos e encontrou resistência nos contribuintes “e que não foi capaz de acompanhar o aumento das despesas, o resultado foi não apenas uma deterioração dos serviços como também uma queda nos níveis salariais que estimulou as reivindicações, as movimentações sindicais e as greves” (RODRIGUES, 1997, p. 6).

A necessidade de ampliação dos serviços à população levou ao crescimento numérico dos trabalhadores do serviço público, mas também provocou um processo de desvalorização social e perda de status desses trabalhadores, levando “os funcionários e empregados a adotar formas de comportamento e de pressão que eram características de camadas sociais de mais baixa qualificação, especificamente dos trabalhadores de macacão e de mãos calejadas” (RODRIGUES, 1997, p. 6). Neste contexto, os trabalhadores do serviço público expandiram-se, foram desvalorizados, criaram seus sindicatos e articularam suas lutas: elevado número de greves e de jornadas de trabalho perdidas, em especial nos segmentos da educação e da saúde, pois “em 1987, mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público” (NORONHA, 1991, p. 101).

No contexto local, sempre em sintonia ao que acontecia nacionalmente, observa-se algo muito similar, as greves se generalizavam, exigindo melhores salários e, também, enfrentamentos ao regime militar, demonstrando que os movimentos sociais reivindicavam o fim da ditadura e das forças opressoras do regime militar (TRICHES; ZANELATO, 2015, p. 189-190).

Porém, os trabalhadores do setor público ainda não estavam inseridos nesse contexto de luta sindical. Em 1979, foi criada a associação civil dos servidores públicos municipais, denominada de ASSERP. Ainda sem nenhuma ligação com os movimentos populares e de esquerda, era basicamente formada por uma diretoria com integrantes que eram nomeados pelo gestor municipal, o que leva a afirmar que era ligada a interesses do “Paço Municipal”.

Para corroborar, assim narra Costa e Câmara (2014), em obra alusiva aos 25 anos da entidade sindical: “um grupo de pessoas ligadas ao governo municipal fundou no dia 10 de março a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma, a ASSERP.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 40). E quanto ao perfil da direção da associação dos servidores, a partir da leitura das atas das assembleias da ASSERP e da obra de Costa e Câmara (2014), pode-se afirmar que o primeiro grupo de trabalhadores que dirigiu a entidade de associação coletiva dos servidores públicos municipais tinha um perfil elitizado, de maioria masculina e com formação escolar (ensino médio ou superior).

Ao se analisar a trajetória da entidade sindical dos servidores públicos municipais de Criciúma, Costa e Câmara (2014) identificam dois momentos: um, que vai de 1979 a 1983, de caráter puramente recreativo e assistencial; e o outro, de caráter distinto, reivindicativo, que vai de 1983 até o ano de 1989, quando então a entidade civil é transformada em sindicato.

A partir das entrevistas realizadas, da consulta de algumas atas da associação e de recortes de jornais, podemos dividir a história da ASSERP em dois períodos: no primeiro, que inicia com a criação em 1979 e vai até 1983, estão presentes preocupações para consolidar a estrutura da associação, a organização de eventos recreativos e a assistência social, o que no entendimento do ex-presidente da ASSERP, Mauro Sônego (1981-1983): “uma associação era mais para a convivência entre funcionários.” No segundo momento, que inicia em 1983 e vai até 1989, percebe-se o aparecimento de ações que envolvem reivindicações salariais, melhores condições de trabalho e a posterior transformação da associação em sindicato. (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 40).

Embora a entidade associativa inicialmente tivesse caráter recreativo, a abertura política do regime militar fez surgir, no setor privado, autênticos líderes dos movimentos operários, e isso refletia no setor público; os então “funcionários públicos” também ansiavam por uma representatividade autêntica e de luta.

Miranda (2013) analisa a participação isolada de um grupo de motoristas “da prefeitura” numa greve deflagrada por trabalhadores do setor de transporte no ano de 1979. Quando a categoria dos trabalhadores em transporte de Criciúma e região deflagram greve, os motoristas “da prefeitura”, mostrando-se solidários e engajados à luta dos colegas de profissão e mesmo não integrando a mesma categoria profissional, se identificaram com a luta e se juntaram ao movimento paredista. Isso demonstra a unidade e o anseio desses trabalhadores em participar coletivamente de movimentos que os representassem legitimamente em busca de melhores condições de salário e trabalho.

A participação dos motoristas “da prefeitura” em uma greve que não era deles levou o prefeito municipal a intervir e se posicionar de modo enérgico, conduta típica do prefeito à época, Altair Guidi (1989-1982), que se manifestou argumentando que a lei não permitia greve no serviço público e demitiu parte dos grevistas (MIRANDA, 2013).

Esse fato, de adesão de trabalhadores do setor público em movimento grevista de colegas de profissão do setor privado, embora pareça um fato isolado, na realidade demonstra a necessidade de reconhecimento da organização coletiva dos trabalhadores também do setor público, pois, mesmo não pertencendo àquela base sindical, a ausência do direito de associação sindical aliada à necessidade de se posicionar diante das lutas idênticas e de buscar uma condição de trabalho mais digna, identificava esses trabalhadores, ainda que em segmentos tão distintos (FELICIO, 2015).

Paulatinamente, os trabalhadores mais combativos foram ocupando o espaço existente, que naquele momento era a associação recreativa, a ASSERP. E, para que esta mudasse seu caráter recreativo e assistencialista para um caráter reivindicativo, não foi difícil, bastou a mudança da gestão municipal, com novos associados, oriundos do novo governo municipal. No ano de 1982, quando José Augusto Hülse (1983-1988) ganhou as eleições para prefeito municipal de Criciúma, um novo perfil de associado se criou.

Sem adentrar nas discussões acerca da eleição de 1982, que elegeu José Augusto Hulse, importa para nós neste trabalho mostrar que a ASSERP recebeu uma nova leva de associados e membros da diretoria que vieram do grupo ligado, de certa forma, à liderança de Lírio Rosso, que compôs do governo de Hulse. Quem era esse grupo? Algumas pessoas trabalhavam no Pátio de Máquinas e vinham dos bairros organizados da cidade. Outras e, talvez os grupos que fizeram a diferença em termos de compreensão de luta sindical, foram os que trabalhavam na Secretaria de Educação, como professores e o grupo da Secretaria de Saúde. (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 44).

Esses novos trabalhadores vinham de movimentos de bairros organizados, pois, nesse contexto político, não somente o movimento sindical ressurgia organizado, mas todos os movimentos sociais contidos e silenciados nos anos de ditadura civil-militar. Pode-se afirmar que esse segundo grupo de trabalhadores que dirigiu a entidade de associação coletiva dos servidores públicos municipais tinha um perfil mais proletário, eram oriundos de movimentos sociais, de maioria masculina e com pouca formação escolar, mas que a presença de profissionais do magistério com compreensão de luta sindical, ainda que incipiente, já era percebida na entidade.

Em 1980, já é possível identificar a diversidade de associados da ASSERP (posteriormente filiados ao SISERP) e, segundo a narrativa de Arcelino Valença (presidente da ASSERP à época e primeiro presidente do SISERP), muitos trabalhadores eram lotados no pátio de máquinas, ou seja, uma maioria formada por trabalhadores braçais:

Em fevereiro, dia 12 de fevereiro de 1988, aliás 1989, nós fundamos o Sindicato e aí partimos pra organizar o servidor em torno de sua reivindicação, quer dizer, reivindicar o quê? Aumento de salário, um pouco a maneira de trabalho na prefeitura e nos setores, porque daí nós tínhamos vários setores. Eu fazia parte do Setor do Pátio de Máquinas, que a minha profissão é motorista.

O Pátio era o lugar mais difícil que nós tínhamos devido às várias especialidades de servidores que havia ali. Por exemplo, tinha o mecânico, tinha o motorista, o operador, tinha o pedreiro, tinha o servente, tinha o ajudante de operador, o ajudante de mecânico, enfim, tinha os marceneiros todas essas categorias. Tudo girava ou funcionava, melhor dizendo, dentro do sindicato, quer dizer, iam tudo para o sindicato, tanto quanto iam reivindicar na prefeitura. Você ia reivindicar para todos, todos os setores. Era mecânico e era difícil, até porque tinham na prefeitura e eram funcionários públicos, o pessoal do pátio, da parte burocrática que, nós dizíamos, do Paço Municipal, essas são as pessoas que trabalhavam, no teatro, pessoas que trabalhavam ou eram cedidas para o fórum, para o DETRAN, para o INSS, tudo era ligado na prefeitura. Daí você teria que reivindicar salário para essas pessoas. Tinham também as professoras, que eram difícil porque elas tinham estatuto (próprio) do magistério. Então tínhamos uma parte. Para resumir, uma parte celetista, uma parte estatutária. O contrato de trabalho era feito uma parte celetista regida pela Consolidação da Lei de Trabalho e outra pelo Estatuto dos Servidores, aí era difícil, era muito difícil. (VALENÇA, entrevistado em 2000, apud FELICIO, 2015).

Neste contexto sociopolítico e econômico de início dos anos 1980, o Estado ainda realizava diretamente todos os serviços públicos, como os de manutenção dos prédios públicos, limpeza e coleta de lixo urbana, dentre outros serviços. Para isso, era necessária a contratação de muitos trabalhadores braçais, daí a presença de muitos Motoristas, Operadores de Máquinas, Pedreiros, Serventes, Ajudantes, Marceneiros, dentre outros profissionais braçais.

Quanto à conjuntura política, de certo modo, o governo do prefeito municipal José Augusto Hülse, do PMDB (1983-1988), era a esquerda que se manifestava à época e o novo perfil associativo da ASSERP refletia esse governo e se coadunava com a linha política por ele instituída. Neste período, o PMDB local buscava fazer um trabalho de formação política, de informação e militância política (TEIXEIRA, 1999). Na, mesma linha Felício argumenta que:

Havia um forte incentivo para a organização de entidades extrapartidárias e também de formação política, como a realização de palestras e de cursos, bem como a inserção dos militantes em todas as entidades que pudessem se introduzir como sindicatos, movimento estudantil, associações de bairros, dentre outras entidades. Assim, a tomada da direção se dava pelos funcionários públicos engajados em movimentos sociais e populares, que viam na associação de servidores um espaço de luta, ainda mais com o forte movimento sindical existente na cidade; o caráter assistencialista e recreativo da entidade muda, passando a entidade a ter um perfil reivindicativo. (FELÍCIO, 2015, p. 43).

Definitivamente, a ASSERP era outra, completamente distinta daquela que tinha o objetivo inicial de recreação e assistência social, não era mais uma extensão do Paço Municipal. Era, agora, de fato, uma legítima entidade representativa dos trabalhadores e a porta-voz dos funcionários públicos junto ao gestor municipal de 1982 a 1989, quando se transformou em entidade sindical.

O momento era de pressão dos trabalhadores do setor privado, tanto no âmbito nacional quanto local, o país estava em ebulição política, as greves gerais acontecendo a todo o instante, ou seja, era a nova forma de fazer sindicalismo (Novo Sindicalismo) ganhando força e espaço. E tais lutas, tão fortemente organizadas, acabaram por refletir também no setor público e a única forma dos trabalhadores do setor público se organizarem coletivamente, as associações civis, já não mais satisfazia, fazendo com que estes trabalhadores pressionassem as lideranças políticas para a inserção dos trabalhadores do setor público no sistema sindical. A pressão e a organização dos então funcionários públicos deu resultado, pois os constituintes sucumbiram à pressão e incluíram a sindicalização dos servidores públicos e o exercício do direito de greve como garantias constitucionais no texto da nova Constituição Brasileira.

Boito Junior (1991) faz uma importante análise ao afirmar que o sindicalismo no setor público já existia de fato e de modo autêntico, antes mesmo da sua inclusão no modelo estatal brasileiro, pois era livre e independente do Estado. O fato de não estar inserido no sistema confederativo, eis que constituído como associação civil, mesmo que desempenhando todas as funções de sindicato no que se refere à organização dos trabalhadores, representatividade, negociação salarial, dava a esse movimento um legítimo caráter de sindicalismo livre, mesmo não sendo reconhecido como tal, pois o simples fato de não ser mantido com contribuição confederativa, mas por contribuições espontâneas, e sem a interferência e controle estatal, os tornava mais livres e independentes, diferentemente do que acontecia com as entidades sindicais atreladas ao Estado.

Porém, a luta dos trabalhadores era pelo reconhecimento como entidade sindical. E esse reconhecimento veio em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, que garantiu aos servidores públicos a liberdade sindical, onde estão embutidas três liberdades: de associação, de greve e de negociação.

Assim, nesse contexto histórico, há uma grande expansão sindical, fazendo surgir centenas de sindicatos, em decorrência principalmente da transformação das associações de funcionários públicos em sindicatos de servidores públicos, que se deu em virtude da garantia constitucional de

associação sindical dos servidores públicos, elencada no art. 37, VI da CRFB<sup>142</sup>. (FELICIO, 2015).

Para Nogueira (2013), tal conquista há de ser analisada com ressalvas, pois trouxe reconhecimento legal, mas não trouxe nenhuma obrigação estatal, principalmente no que se refere ao sistema de negociação e de solução de conflitos salariais. Portanto, a sindicalização do trabalhador do setor público ampliou consideravelmente as possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores. Foi concedido e reconhecido o meio de organização, mas não a forma pela qual tais garantias seriam firmadas com os respectivos entes públicos.

E, tão logo foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, as associações civis de servidores públicos passaram a ser transformadas em entidade sindical, sendo que em Criciúma não foi diferente. Em 02 de fevereiro de 1989, ASSERP passou a se denominar SISERP.

E poderia ter ocorrido até antes, se percalços criados pelo presidente da associação não tivessem causado atrasos nessa transformação. Segundo Costa e Câmara (2014), o então presidente da ASSERP, Arcelino Valença (que teve como promessa de campanha a transformação da associação em sindicato), não o fez do modo esperado, gerando conflito e divisão da categoria. Ao ser constitucionalizado o direito de sindicalização, deveria o presidente da ASSERP realizar o procedimento legal para sua transformação, mas ele “não teria seguido os passos legais para o registro do sindicato.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 50).

Isso gerou descontentamento e insatisfação na categoria, que já contava com um expressivo número de profissionais do magistério que também queriam estar inseridos nas lutas da entidade sindical, mas que não se sentia representados e estavam insatisfeitos com a condução do presidente da entidade. Então, iniciaram um movimento denominado de “Comissão Pró-Sindicalismo” e, sob o comando da segunda vice-presidente da ASSERP, Regina de Fátima Teixeira Felisberto, por sua conta própria encaminharam a registro outro sindicato, criando assim um problema jurídico, dois sindicatos idênticos na mesma base territorial. O que fere o princípio da unicidade sindical, um dos poucos itens de controle estatal que se manteve com a nova Constituição da República. A unicidade sindical significa que somente uma entidade sindical pode existir em determinada base territorial, que foi mantida com limite mínimo de um município<sup>143</sup>.

Assim, passaram a existir dois sindicatos que representavam os servidores públicos municipais: um era decorrente da transformação da associação em sindicato; e o segundo, criado por um grupo de servidores públicos descontentes com a forma como o presidente estava conduzindo a transformação da entidade. O presidente da ASSERP, Arcelino Valença, via-se como o legítimo representante da categoria, não querendo nem ao menos dialogar com o outro grupo. O outro grupo, por sua vez, liderado por uma professora da rede pública, era ligado ao magistério municipal e às correntes de esquerda. Essa disputa interna e pública, onde as duas entidades se entendiam legítimas representantes dos servidores públicos, foi discutida em quatro assembleias de servidores. Mas somente na 4ª Assembleia dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma/SC, ficou determinado um plebiscito com voto secreto e a retirada do SITRASP da sua documentação de legalização e de proposta de dissídio e acordou-se que formariam uma chapa de oposição na eleição do SISERP.

Com esse encaminhamento da assembleia, o grupo de trabalhadores que não se identificava com a conduta da entidade sindical sob o comando de Arcelino Valença fez uma chapa de oposição para a eleição do SISERP, realizada em abril de 1990, na qual 604

<sup>142</sup> “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) [...] VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; [...]”. (BRASIL, 1988).

<sup>143</sup> “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...] II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município [...]”. (BRASIL, 1988).



servidores públicos votaram, sendo que a Chapa 1 ganhou 75 votos e a Chapa 2 (oposição) obteve 518 votos, tendo este pleito, ainda, 5 votos brancos e 6 nulos. A diretoria do SITRASP, quase na sua integralidade, assumiu a direção do SISERP, sob a presidência do servidor público Adão Goulart (LIVRO ATAS DO SISERP, 1990).

Surge aqui um terceiro perfil da direção do SISERP, de militância de esquerda, formada por trabalhadores braçais, com a presença de muitas professoras, mas ainda de predominância masculina<sup>144</sup>. Este grupo fez nascer um novo tipo de sindicalismo para os servidores públicos municipais de Criciúma-SC, com uma diretoria com “três frentes de atuação: mobilização da categoria para conquistar novos direitos, proteção e assistência aos trabalhadores do setor e a participação efetiva na sociedade como forma de ampliação da luta de classes.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 59).

### **Reconfiguração da categoria e hegemonia dos professores**

A tomada do SISERP por legítimos representantes dos trabalhadores fez com que outras disputas (internas, inclusive) passassem a ser travadas. Também, além dessas disputas internas, a cada nova política econômica implantada pelo governo federal ou mesmo a cada nova gestão municipal, a categoria sentia os impactos das mudanças, mudanças essas, inclusive, no que se refere ao papel do Estado na execução e cumprimento das políticas públicas, que diretamente refletiram nos serviços públicos e consequentemente nos servidores. E os servidores do município de Criciúma também são atingidos por este processo de transformação.

A reconfiguração da categoria, tanto no que diz respeito ao seu perfil socioeconômico, como no que se refere ao grupo no comando da entidade, tomado pelas trabalhadoras da área da educação, foi um dos desdobramentos da política neoliberal<sup>145</sup> implementada nos anos 1990.

Isso se deu em decorrência do contingente de professores efetivados no serviço público por meio de concurso público, que exigiam da entidade sindical uma maior atenção às suas demandas, as quais eram distintas das dos demais servidores, mas que não eram observadas a contento nas negociações salariais. Por essas demandas estarem sendo relegadas a segundo plano, devido a direção sindical ser formada por uma maioria masculina e braçal oriunda de trabalhadores do Pátio de Máquinas, havia um descontentamento geral desse grupo de trabalhadores. O foco da entidade sindical era o que denominavam de “Pessoal do Pátio”, o que levou a um descontentamento e tomada da entidade pelos professores.

Mas esse fator, por si só, não foi o responsável pela tomada da entidade, pois essa conquista por tão longa data não foi planejada e nem decorrente de uma estratégia de luta desses profissionais. Na realidade, num primeiro momento, era uma necessidade fortalecer a representatividade dos profissionais do magistério na luta sindical. A hegemonia dos professores no sindicato dos servidores municipais de Criciúma se deu pelo esvaziamento do grupo de trabalhadores do Pátio de Máquinas, em razão da redução considerável do quadro de servidores braçais ou de baixa escolaridade com a terceirização dos serviços públicos que levou a limpeza urbana, a manutenção dos prédios públicos e a coleta de lixo urbano para a reponsabilidade do setor privado. O setor de educação tornou-se um dos maiores grupos de servidores. E o espaço deixado vago na luta sindical pelos servidores dispensados veio a ser ocupado pelos que ali permaneceram, como os profissionais do magistério e alguns da área da saúde e do setor administrativo.

<sup>144</sup> A chapa vencedora do pleito eleitoral (Chapa II), realizado em 04 de abril de 1990, era composta de 21 mulheres e 26 homens (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 55).

<sup>145</sup> O neoliberalismo foi uma política econômica adotada no Brasil durante os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que atendeu aos interesses econômicos internacionais, em especial aos do Fundo Monetário Internacional (FMI), e teve sustentação sobre três pilares: desregulamentação do mercado de trabalho e supressão de direitos sociais; privatização das estatais; e abertura comercial com a desregulamentação financeira. (NEGRÃO, 1998).

Isso leva a afirmar que a categoria dos servidores públicos municipais de Criciúma dos anos 1980 era distinta da categoria dos servidores dos anos 1990, que, por sua vez, também é distinta da categoria dos anos 2000. Nos anos 1990, com a implantação de políticas neoliberais de cortes de gastos públicos que resultou em privatizações e em terceirizações dos serviços públicos não considerados atividades fins do Estado, esses serviços passaram a ser prestados por empresas privadas por meio de concessões públicas ou mesmo de terceirizações dos serviços públicos.

Como resultado, a categoria dos trabalhadores do setor público do município de Criciúma se tornou fragilizada, pois, além da redução do número de trabalhadores, os meios de pressão (que eram paralisações de alguns serviços essenciais) também foram terceirizados. Um eficaz meio de pressão terceirizado pelo gestor municipal foi a coleta de lixo urbano, considerado um eficaz meio de pressão, visto que, quando eram deflagradas greves, a coleta do lixo urbano era um dos primeiros serviços a serem suspensos, pois, se os caminhões não saíssem para coletar o lixo, haveria uma forte cobrança da população para que o gestor público realizasse acordo com os grevistas e assim findasse a greve. Era uma estratégia que se mostrava muito eficaz para pressionar o gestor público a negociar aumento de salários e melhores condições de trabalho.

Ao mesmo tempo em que o setor de serviços encolhia, o setor de saúde e de educação crescia no município. Isso em razão de a Constituição da República Federativa do Brasil ter ampliado a competência e as atribuições dos entes públicos municipais, ficando os municípios com a responsabilidade da atenção básica na área da saúde, o que aumentou consideravelmente a responsabilidade dos municípios e passou a exigir um expressivo número de servidores públicos atuando nesse setor. O mesmo aconteceu com a Educação que, do mesmo modo que a Saúde, é de responsabilidade compartilhada nas três esferas de governo, uma vez que compete aos municípios a responsabilidade pelas séries iniciais até o Ensino Fundamental II, sendo de sua competência proporcionar creches, pré-escolas e o Ensino Fundamental.

Isso fez surgir uma nova demanda e uma reconfiguração nas estruturas administrativas municipais, pois essas novas políticas públicas, ao ampliarem a responsabilidade dos entes públicos municipais, exigiram a contratação de mais mão de obra qualificada na área educacional. Na área da saúde, passou-se a ser exigido o cumprimento da norma Constitucional e, em 1990, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que é a Lei Orgânica da Saúde (LOS), norma essa que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Foi a partir da sanção dessa lei que os municípios ganharam nova responsabilidade quanto à gestão básica em saúde. Tornou-se, então, necessária a contratação de muitos novos profissionais da área para uma série de carreiras, como auxiliares de enfermagem (cargo em extinção, que foi substituído pelo técnico em enfermagem), enfermeiros, médicos, dentistas, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, dentre outras áreas do conhecimento consideradas como profissionais da área da saúde. Mas, por muitos anos, não se realizou concurso, valendo-se da permissão legal disposta no art. 37, inciso IX, da CRFB<sup>146</sup>, que possibilita a contratação por tempo determinado para excepcional interesse público (BRASIL, 1990).

Analisando sob o aspecto da luta sindical, verifica-se que o aumento de trabalhadores no setor de saúde não fez muita diferença para a entidade sindical, pois o perfil desses profissionais, seja pela precariedade de seus vínculos, ou mesmo pela natureza de suas atividades, considerados mais elitizados como médicos e dentistas, não houve muito interesse na luta sindical.

Por sua vez, na educação algo muito distinto aconteceu. A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, exigiu uma reestruturação nessa

---

<sup>146</sup> “Art. 37 [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.” (BRASIL, 1988).

esfera. Até então, a educação já era a área que mais concentrava servidores efetivos, com acesso ao cargo público por meio de concurso público, na estrutura da administração pública municipal de Criciúma. A LDB passou a exigir, além do cumprimento da norma constitucional, de acesso ao cargo de professor somente por concurso público, também a criação de um plano de cargos e de salários com progressão vertical e horizontal do professor efetivo, com permanente aperfeiçoamento. O que qualificou e fortaleceu ainda mais essa categoria (BRASIL, 1996).

Tais obrigações legais, de criação de planos de cargos e salários, bem como de progressões na carreira, exigiram e levaram esse grupo de trabalhadores à organização, qualificação e reestruturação da educação, resultando, assim, na inclusão das profissionais do magistério nos espaços vazios deixados pelos trabalhadores dispensados do Pátio de Máquinas.

Posto isso, faz-se uma digressão sobre a presença das mulheres na força de trabalho no setor industrial. Essa presença foi crescendo entre as décadas de 1970 e 1980, e, concomitante a esse crescimento, ocorreu também um aumento significativo da sindicalização das mulheres. Na explicação para esse crescimento destacam-se: o processo de renovação na prática sindical ocorrido a partir de meados de 1970 e os movimentos de mulheres, surgidos em especial por volta de 1975 (esse ano foi considerado pela ONU como Ano Internacional da Mulher). Exemplos desses movimentos foram as mulheres que se organizaram em torno das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Movimento das Mulheres pela Anistia, os movimentos de bairros, movimentos de lutas por berçários e creches, grupos de mães, significativa participação das mulheres nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos pela melhoria da saúde, dos transportes, os grupos que trouxeram para o debate a questão dos direitos de homens e mulheres (SADER, 1988; SOUZA-LOBBO, 1991).

As trabalhadoras participaram ativamente, no período de 1970 a 1980, das lutas sindicais, na resistência interna nas fábricas e nas mobilizações, mas a participação nos espaços deliberativos em reuniões e direção avançou muito pouco, mesmo no Novo Sindicalismo. O sindicalismo brasileiro no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 passou por intensas transformações. Destacam-se deste período as grandes mobilizações, as greves, novas formas de luta que foram compondo as práticas desse “novo sindicalismo” que se denominava classista, autêntico e combativo. Neste contexto de mudanças foi criado, em 1980, o PT e, em 1983, a CUT. Foi nesse processo de consolidação do Novo Sindicalismo enquanto sujeito que as questões de gênero passaram a ter importância no movimento sindical (ARAÚJO; FERREIRA, 2000). Portanto, foi no contexto do Novo Sindicalismo que as mulheres passaram a ganhar espaço na esfera sindical, passando a constar das pautas, orientadas pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisava considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas.

Entretanto mesmo que as mulheres tenham conquistado espaço na esfera sindical, isso ainda não se refletiu no percentual de trabalhadoras sindicalizadas e também nos postos de comando. Dados do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2009) atestam a divisão sexual do trabalho e a disparidade na participação de homens e mulheres. O percentual dos trabalhadores sindicalizados por setor da economia e sexo aponta que os homens eram maioria na agricultura (60,7%), na indústria (73,9%), na construção (93,7%), no comércio e reparação (58,6%), no transporte, armazenagem e comunicação (85,5%), na Administração Pública (60,6%); as mulheres eram/são maioria apenas na educação, saúde e serviços sociais (77,6%) e nos serviços domésticos (86,7%) (BERTOLIN. KAMADA, 2012, p. 40).

No que tange aos índices de mulheres que ocupam os cargos de “poder, mando e decisão” dentro dos sindicatos ainda são muito pequenos. Destaca-se, como exemplo, a presença das mulheres em cinco centrais sindicais. Nas diretorias das centrais sindicais, observou-se que os presidentes e vice-presidentes nos anos de 2013 e 2014, em termos de percentual, estavam assim distribuídos: Central dos Trabalhadores (CTB), 2013 – uma mulher

(20,0%), quatro homens (80,0%), 2014 – uma mulher (16,7%), cinco homens (83,3%). Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2013 – uma mulher (50,0%) e um homem (50,0%), 2014 – uma mulher (50,0%) e um homem (50,0%). Na Força Sindical (FS), 2013 – duas mulheres (13,0%), 14 homens (87,0%), 2014 – duas mulheres (8,3%) e 22 homens (91,7%). Na Nova Central dos Trabalhadores (NCST), 2013 – nenhuma mulher (0,0%) e nove homens (100%), 2014 – nenhuma mulher (0,0%) e onze homens (100%). Por fim, na União Geral dos Trabalhadores (UGT), 2013 – nenhuma mulher (0,0%) e treze homens (100%), 2014 – nenhuma mulher (0,0%) e treze homens (100%) (CENTRAIS SINDICAIS. SPM, 2015, 2013).

Uma explicação para essa situação é que do ponto de vista ideológico, há resistência de boa parte dos sindicalistas, em especial do sexo masculino, no que tange às políticas de gênero. Essas se manifestam de diversas maneiras, como, por exemplo: a concepção tradicional no qual o campo da política é masculino, os homens configuram-se nos principais sujeitos políticos e as mulheres na condição de participantes secundárias quando participam; as reivindicações relacionadas às questões de gênero eram/são renegadas com a velha retórica de que impõe a “quebra de unidade da classe”. As reivindicações relacionadas a questões de gênero, quando definidas, buscam ser enquadradas a partir de concepções que definem as mulheres especialmente na condição de mães (SOUZA-LOBBO, 1991).

Com o exposto nas décadas de 1970 e 1980, observou-se o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, mas, nesse processo de inclusão das mulheres, constatou-se que sua incorporação como força de trabalho ocorreu de acordo com os interesses do capital, que reconfigurou uma nova divisão sexual do trabalho. “Nas áreas onde é maior a presença de capital intensivo, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres...”. (ANTUNES, 2002, p. 202). A presença feminina atualmente é maior em diversas áreas, em especial aquelas no qual a remuneração é menor, o trabalho é parcial e que possivelmente ocorre em decorrência da “dupla jornada” (ANTUNES, 2002).

Com o expressivo crescimento do trabalho feminino em diversos países avançados e na América Latina, fica evidente o processo de “feminização do trabalho”. Entretanto quando se observa a questão salarial, este crescimento aponta para um movimento inverso, pois a remuneração das mulheres em geral é inferior a dos homens, correspondendo a cerca de 60% do seu salário (ANTUNES, 2008, p. 17). Nesta perspectiva, o trabalho feminino vem sendo marcado por um processo que junta exclusão e “inserção excluída”. Observa-se a maior concentração das mulheres em setores e postos de trabalho mais precários, com remunerações menores, pouca qualificação profissional e uso da tecnologia. Este processo dificulta sua ascensão e acentua divisão sexual do trabalho (POSTHUMA. LOMBARDI, 1997).

Mesmo banida pelo ordenamento jurídico, verifica-se uma exclusão que ocorre através de práticas que ainda se fazem presentes em diversos setores da atividade econômica. A “inserção excluída” ocorre com a presença das mulheres no espaço de trabalho, ocupando postos que em geral são precários, e raramente alocadas em cargos de chefia. A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres no trabalho tende a se refletir em desvalorização das mesmas nos sindicatos (SOUZA-LOBBO, 1991). Esta condição pode levar as mulheres a apresentar pouco ou nenhum sentimento de pertença – não se sentirem incluídas.

No que se refere aos trabalhadores do serviço público, destaca-se que a área da educação é majoritariamente ocupada por mulheres. Segundo Crispim (2014):

A feminização do Magistério, em especial nas séries iniciais, foi reforçada, entre outros, pelos atributos introjetados à mulher, como sendo parte de vocações femininas como maternidade e cuidado aos filhos, além de que o magistério era considerado uma continuidade do trabalho do lar. No decorrer das primeiras décadas do século XX, o magistério representou a única carreira aberta às mulheres Estudos apontam que as mulheres compõem a

maioria dos docentes da Educação Infantil, enquanto estão, proporcionalmente, em minoria no Ensino Superior. (CRISPIM, 2014, p. 47).

A feminização do magistério é trazida nesse estudo para justificar o perfil do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma no final dos anos de 1990, onde a presença de mulheres na rede pública municipal de ensino é de esmagadora maioria, e, sendo a entidade sindical ocupada por este grupo. Um quarto e último perfil de dirigentes sindicais do SISERP pode ser aqui descrito, ou seja, um grupo de militância de esquerda, formada por profissionais da área da educação de maioria feminina com curso superior.

**Quadro 1 – Numero de filiados atuais, com gênero, escolaridade e data de filiação.**

<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Década em que foi filiado (a)</b>	<b>Número de filiados</b>
<b>Feminino Total 1.154</b>	Fundamental Total 276	1990	06
		2000	37
		2010	233
	Médio 125	1990	23
		2000	29
		2010	73
	Superior 573	1990	75
		2000	191
		2010	487
<b>Masculino Total 307</b>	Fundamental Total 197	1990	32
		2000	38
		2010	127
	Médio Total 57	1990	08
		2000	10
		2010	39
	Superior Total 53	1990	09
		2000	19
		2010	25

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região – SISERP (2017).

Como fica evidenciado no quadro exposto, a maioria dos filiados no período das décadas de 1990, 2000 e 2010 eram/são do sexo feminino, ou seja, correspondiam/em a 1.154, enquanto que, no mesmo período, do sexo masculino eram/são 307 filiados. Outro dado relevante diz respeito à quantidade de filiados do sexo feminino com formação superior, que correspondia em/a 573, sendo 487 filiados na década de 2010; enquanto o sexo masculino totalizava apenas 53 filiados com formação superior nas três décadas. Destaca-se ainda que, no mesmo período, foram aposentados 123 filiados do século feminino e 43 do masculino (SISERP, 2017).

**Quadro 2 – Quadro das greves no serviço público municipal de Criciúma-SC**

Ano	Data/duração	Presidente ASSERP/ SISERP	Prefeito / Partido
1986	19/08/1986 a 26/08/1986 (8 dias)	Arcelino Valença	José Augusto Hülse PMDB
1988	12/10/1988 a 20/10/1988 (9 dias)	Arcelino Valença	José Augusto Hülse PMDB
1990	12/06/1990 a 19/06/1990 (8 dias)	Adão Goulart	Altair Guidi PDS
1990	09/10/1990 a 23/11/1990 (45 dias)	Adão Goulart	Altair Guidi PDS
1993	09/08/1993 a 13/08/1993 (5 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1994	09/05/1994 a 23/05/1994 (15 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1995	10/05/1995 a 25/05/1995 (16 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1996	13/05/1996 a 24/05/1996 (12 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1997	23/05/1997 a 20/06/1997 (27 dias)	João Alves	Paulo Roberto Meller PMDB
2003	12/05/2003 a 27/05/2003 (16 dias)	Maria das Dores Argente Vieira	Décio Gomes Góes PT
2009	18/05/2010 a 25/05/2010 (8 dias)	Maria Bárbara Teixeira Righetto	ClesioSalvaro PSDB
2013	04/06/2013 a 08/06/2013 (5 dias)	Maria Bárbara Teixeira Righetto	Márcio Búrigo PP

1992: Greve branca – servidores trabalhavam parte da jornada e paralisavam suas atividades no outro período.

Fonte: Felício (2015, p. 68 -69).

O quadro evidencia as greves dos trabalhadores do serviço público no município de Criciúma no período de 1986 a 2013. A primeira greve realizada pelos trabalhadores foi na condição de associação, ASSERP – Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma, que, em 1989, foi transformada no SISERP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região, logo após a promulgação da Constituição de 1988. O quadro revela que, a partir de 2003, as professoras assumiram a direção da entidade, mas, conforme Felício (2015), nas eleições de 1990, as professoras fizeram uma composição que elegeu Adão Goulart para a presidência do sindicato.

A análise que se faz desse momento é que o sindicato passa a ter um perfil combativo, com uma maioria ligada aos profissionais do magistério. Em que pese ainda não tenha um professor na presidência da entidade, mas um trabalhador do pátio de máquinas, a vice-presidente e boa parte da diretoria eram do magistério, grupo este que até hoje se mantém preponderante na entidade. E isso se reflete ao longo da trajetória da entidade, em que serão observados, em muitos momentos, ganhos salariais diferenciados para o grupo do magistério. (FELÍCIO, 2015, p. 47).

Por fim, o quadro e a citação apontaram para o predomínio dos quadros do magistério na condução e direção do SISERP que, após as eleições de 1990, passou a fazer parte da CUT e constituiu-se em um dos principais sindicatos de Criciúma e região, na luta por direitos dos trabalhadores. O quadro aponta ainda para as greves realizadas no período e em qual governo ocorreram. Analisá-las individualmente, as tensões com os gestores municipais e

suas conquistas, extrapolaria o objetivo do artigo. Assim, essas questões ficam para outro escrito.

Portanto, a categoria que nasce com um caráter recreativo e assistencial, formada por um grupo de maioria masculina e elitizada, é, ao longo da trajetória da organização coletiva dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma, reconfigurado, tendo como resultado a hegemonia dos profissionais da área da educação, de maioria feminina, na direção da entidade sindical.

## Conclusão

Desde a criação da ASSERP, quatro grupos distintos podem ser identificados na direção da entidade sindical. O primeiro grupo que dirigiu a entidade de associação de caráter civil dos servidores públicos municipais tinha um perfil elitizado, de maioria masculina, com formação escolar que trabalhavam no setor administrativo da Prefeitura Municipal de Criciúma.

O segundo grupo, ainda enquanto associação civil, tinha um perfil mais proletário oriunda de movimentos sociais, de maioria masculina e com pouca formação escolar, sendo que a presença de profissionais do magistério com compreensão de luta sindical já era percebida na entidade.

O terceiro grupo, agora já como entidade sindical legalmente constituída (SISERP), era formado por um grupo com militância de esquerda, com alguns trabalhadores braçais, mas com maior presença da área administrativa, saúde e professores, mas ainda de predominância masculina.

O quarto e último perfil de dirigentes sindicais do SISERP pode ser descrito como um grupo de militância de esquerda, formado por maioria absoluta de profissionais da área da educação, de maioria feminina com formação superior.

Portanto, a tomada da direção sindical pelos profissionais da área do magistério não se deu somente por uma estratégia de poder do setor de educação, mas por um vazio de lideranças deixado pelo setor que anteriormente predominava na entidade, no caso, o setor de obras e serviços. Pois, ao mesmo tempo em que crescia o setor da educação, aquele era reduzido a um quadro mínimo, em virtude da terceirização dos serviços públicos, principalmente os mais braçais, como a coleta de lixo urbana, a manutenção e a limpeza dos prédios, bem como o serviço de vigilância. Também essa hegemonia se deu por ser um dos primeiros setores a realizar concurso público para preenchimento dos cargos públicos, o que dava maior segurança para aqueles que ousavam se envolver nas lutas sindicais.

O presente trabalho demonstrou que a categoria dos servidores públicos municipais de Criciúma passou por várias transformações, porém, mesmo tendo seu perfil reconfigurado, não perdeu seu caráter combativo de luta. Desde a primeira greve, no ano de 1986, a coesão e a força dos trabalhadores se manteve, ou seja, ao analisarmos cada greve, paralisação ou mesmo as negociações salariais anuais, verifica-se o caráter combativo da categoria, que pode ser identificado nas mais diversas manifestações coletivas do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma. Independentemente do perfil profissional que tenha a categoria, se masculina ou feminina, braçal ou intelectualizada, a exceção do primeiro grupo que ocupou a entidade, em todas elas se observa que as lutas se mantiveram autênticas e uníssonas.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 18. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: A nova era da precarização do trabalho?. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (Orgs.). **Condições do trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CRICIÚMA (ASSERP); SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE CRICIÚMA E REGIÃO (SISERP). Livros Atas - **Livro 01** - Capa branca com detalhes azuis. Aberto em 10 de março de 1979, com 50 páginas, atas de 10/08/1979 a 01/10/1988.

\_\_\_\_\_. **Livro 02** - Capa preta. Aberto em 03/12/1988, com 100 páginas, atas de 03/12/1988 até 14/09/1995.

\_\_\_\_\_. **Livro 03** – Capa preta. Aberto em 10/03/1996, com 100 páginas, atas de 15/03/1996 até 13/05/2015.

AUGUSTO. Ilnah Toledo. **Sindicalismo no setor público**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: LTR, 2008.

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34; CEDEPLAR; UFMG, 2000. p. 309-346.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 28-52, jan./jun. 2012.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.080, de 19/09/1990**. Lei Orgânica da Saúde – LOS. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:<<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, Marli Oliveira; CÂMARA, Mauricio Ruiz. **25 anos de organização, lutas e conquistas**. Sindicato dos trabalhadores no serviço público municipal de Criciúma e região – SISERCRR/CUT. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2014.

CRISPIM, Ana Laura. **Trabalho e gênero**: análise da feminização e fe-minilização na docência do ensino superior na Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós



Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/4349>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FELICIO, Raquel de Souza. **Sindicalismo no serviço público: a experiência do município de Criciúma/SC (1979 - 2014)**. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/3849>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

FORMADA chapa de oposição do SISERP. **Jornal da manhã**. Criciúma, 6 fev.1990, p. 6.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MADEIRA NETO, Acilino Alberto. **Sindicalismo no serviço público**. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2002.

MARINELA, Fernanda. **Servidores Públicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.marinela.ma/publicacoes/servidores-publicos>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetória e experiência do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República**. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106908/318984.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.

NORONHA, Eduardo, A explosão das greves da década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Sindicalismo e greves no setor público. **Informações Fipe**, n. 177, jun. 1995.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **Liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

POSTHUMA, Anne C.; LOMBARDI, M. Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 1, , p. 124-131, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo, Editora da USP/Fapesp, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **A sindicalização das classes médias**. São Paulo, USP, 1997. (Mimeografado).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014. Brasília: SPM, 2015.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2013. Brasília: SPM, 2013.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

TRICHES, Janete. ZANELATTO, João Henrique. **História política de Criciúma no século XX**. Criciúma: UNESC, 2015.

Recebido em abril de 2017.  
Aprovado em janeiro de 2018.